

Nestor Távora
Rosmar Rodrigues Alencar

Curso de
Direito
Processual Penal

14^a
edição
revista, atualizada
e ampliada

2019



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Ideia Imprensa (ideiainpressadesign@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

T231c Távora, Nestor
Curso de direito processual penal / Nestor Távora, Rosmar Rodrigues Alencar – 14. ed.
rev. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019.
1.888 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-2548-6.

1. Direito processual. 2. Direito processual penal. I. Título.

1139953

CDD 341.43

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

CAPÍTULO I	
LINHAS INTRODUTÓRIAS	
1.	Direito Processual Penal..... 45
1.1.	Conceito e finalidade..... 45
1.2.	Características 46
1.3.	Posição enciclopédica..... 47
2.	Entendendo o Tema..... 47
2.1.	Interesse 47
2.2.	Pretensão 48
2.3.	Lide..... 48
2.4.	Ação 49
2.4.1.	Noção 49
2.4.2.	Teorias da Ação..... 50
2.5.	Processo 51
2.5.1.	Procedimento (aspecto objetivo do processo)..... 51
2.5.2.	Relação jurídica processual (aspecto subjetivo do processo) 51
2.5.3.	Natureza jurídica do processo..... 52
3.	Sistemas Processuais 54
3.1.	Sistema inquisitivo 54
3.2.	Sistema acusatório 55
3.3.	Sistema misto ou acusatório formal 56
4.	Fontes 57
4.1.	Conceito 57
4.2.	Classificação..... 57
4.2.1.	Fonte de produção ou material 57
4.2.2.	Fonte formal ou de cognição 58
5.	Analogia..... 59
5.1.	Conceito 59
5.2.	Espécies..... 59
5.2.1.	Analogia <i>legis</i> 60
5.2.2.	Analogia <i>juris</i> 60
5.3.	Aplicação subsidiária do CPC/2015 60
6.	Interpretação da Lei Processual..... 61
6.1.	Quanto à origem ou ao sujeito que a realiza 62
6.1.1.	Autêntica ou legislativa 62
6.1.2.	Doutrinária ou científica..... 62
6.1.3.	Judicial ou jurisprudencial..... 62

6.2.	Quanto ao modo ou aos meios empregados	63
6.2.1.	Literal, gramatical ou sintática	63
6.2.2.	Teleológica.....	63
6.2.3.	Lógica	63
6.2.4.	Histórica.....	63
6.2.5.	Sistemática	63
6.3.	Quanto ao resultado.....	63
6.3.1.	Declarativa.....	63
6.3.2.	Restritiva.....	63
6.3.3.	Extensiva ou ampliativa.....	64
6.3.4.	Progressiva, adaptativa ou evolutiva	64
7.	A Lei Processual Penal no tempo	64
7.1.	Sistema da unidade processual.....	64
7.2.	Sistema das fases processuais.....	64
7.3.	Sistema do isolamento dos atos processuais.....	65
8.	A Lei Processual Penal no espaço	66
9.	Princípios Processuais Penais	69
9.1.	Princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade	69
9.2.	Princípio da imparcialidade do juiz.....	73
9.3.	Princípio da igualdade processual (princípio da paridade de armas e sua distinção).....	74
9.4.	Princípio do contraditório ou bilateralidade da audiência	75
9.5.	Princípio da ampla defesa	77
9.6.	Princípio da ação, demanda ou iniciativa das partes.....	78
9.7.	Princípio da oficialidade.....	79
9.8.	Princípio da oficiosidade.....	79
9.9.	Princípio da verdade real	79
9.10.	Princípio da obrigatoriedade	80
9.11.	Princípio da indisponibilidade.....	81
9.12.	Princípio do impulso oficial	82
9.13.	Princípio da motivação das decisões	82
9.14.	Princípio da publicidade	83
9.15.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	85
9.16.	Princípio do juiz natural	86
9.17.	Princípio do promotor natural ou do promotor legal.....	86
9.18.	Princípio do defensor natural.....	88
9.19.	Princípio do devido processo legal.....	88
9.20.	Princípio do favor rei ou favor réu.....	89
9.21.	Princípio da economia processual.....	89
9.22.	Princípio da oralidade	90
9.23.	Princípio da autoritariedade.....	91
9.24.	Princípio da duração razoável do processo penal.....	91
9.25.	Princípio da proporcionalidade.....	94
9.26.	Princípio da inexigibilidade de autoincriminação.....	97

9.27. Princípio da cooperação processual.....	99
10. Quadro Sinótico	100
11. Súmulas Aplicáveis.....	109
11.1. STJ.....	109
11.2. STF.....	110
12. Informativos Recentes	110
12.1. STJ.....	110
12.2. STF.....	111
13. Questões de Concursos Públicos.....	113
14. Gabarito Anotado.....	117
15. Questões discursivas com comentários.....	119

CAPÍTULO II INQUÉRITO POLICIAL

1. A persecução criminal.....	127
2. Polícia judiciária e polícia administrativa.....	128
2.1. Polícia administrativa ou de segurança.....	128
2.2. Polícia judiciária.....	128
3. Conceito e finalidade do inquérito policial.....	129
3.1. Natureza jurídica do inquérito.....	130
3.2. Verificação de procedência das informações (VPI)	130
3.3. Destinatários do inquérito policial.....	130
4. Inquéritos não policiais	131
4.1. Inquéritos parlamentares	131
4.2. Inquéritos policiais militares.....	133
4.3. Inquérito civil.....	133
4.4. Inquérito judicial	133
4.5. Inquéritos por crimes praticados por magistrados ou promotores.....	134
4.6. Investigações envolvendo autoridades que gozam de foro por prerrogativa de função.....	134
4.7. Investigações particulares e investigação criminal defensiva	135
4.8. Investigações a cargo do Ministério Público (procedimento investigatório criminal).....	135
4.9. Investigações pelos demais órgãos públicos.....	136
4.10. Investigações conjuntas.....	137
5. Características do inquérito policial	138
5.1. Discricionariedade.....	138
5.2. Escrito.....	139
5.3. Sigiloso.....	139
5.3.1. Espécies de sigilo: interno e externo	139
5.3.2. Acesso aos autos do inquérito pelo advogado	139
5.3.3. Ampliação do acesso aos autos de investigação preliminar pelo advogado	141

5.3.4.	<i>Lawfare</i>	148
5.3.5.	<i>Trial by media</i> ou publicidade ostensiva.....	149
5.4.	Oficialidade.....	149
5.5.	Oficiosidade.....	149
5.6.	Indisponibilidade.....	150
5.7.	Inquisitivo.....	150
5.8.	Autoritariedade.....	152
5.9.	Dispensabilidade.....	152
6.	Competência (atribuição).....	153
6.1.	Crítério territorial.....	153
6.2.	Crítério material.....	153
6.3.	Crítério em razão da pessoa.....	154
7.	Prazos.....	155
7.1.	Regra geral.....	155
7.2.	Prazos especiais.....	156
7.2.1.	Inquéritos a cargo da polícia federal.....	156
7.2.2.	Crimes contra a economia popular.....	156
7.2.3.	Lei antitóxicos.....	156
7.2.4.	Inquéritos militares.....	156
7.3.	Contagem do prazo.....	156
7.4.	Controle dos prazos e armazenamento de dados.....	157
8.	Valor probatório.....	158
9.	Vícios.....	160
10.	<i>Notitia Criminis</i> (notícia do crime).....	161
10.1.	Conceito.....	161
10.2.	Espécies.....	162
11.	Peças inaugurais do inquérito policial.....	165
12.	Incomunicabilidade.....	165
13.	Providências.....	166
13.1.	Reprodução simulada dos fatos.....	176
13.2.	Indiciamento.....	177
13.2.1.	Conceito.....	177
13.2.2.	Indiciado menor.....	178
13.2.3.	Desindiciamento.....	178
13.2.4.	Vedação ao indiciamento.....	178
13.2.5.	Afastamento do servidor público indiciado em crimes de lavagem de dinheiro.....	179
13.2.6.	Os limites do indiciamento e a Lei nº 12.830/2013.....	179
14.	Encerramento.....	181
14.1.	Crimes de ação penal pública.....	182
14.1.1.	Quais são as hipóteses que autorizariam o pedido de arquivamento?.....	183
14.1.2.	Se o magistrado homologar o pedido de arquivamento, esta decisão é imutável pela coisa julgada material?.....	185
14.1.3.	Recurso e ação privada subsidiária da pública.....	187

14.1.4.	Divergência do magistrado quanto ao pedido de arquivamento do inquérito policial e distinções do procedimento conforme a competência da Justiça	188
14.1.5.	Desarquivamento.....	200
14.1.6.	Arquivamento implícito.....	201
14.1.7.	Arquivamento indireto.....	203
14.1.8.	Arquivamento originário.....	203
14.1.9.	Arquivamento provisório.....	204
14.2.	Crimes de ação penal privada.....	204
14.3.	Arquivamento do inquérito policial sem requerimento do Ministério Público	204
15.	Considerações Finais	206
15.1.	Termo circunstanciado	206
15.2.	Controle externo da atividade policial	206
16.	Quadro Sinótico	207
17.	Súmulas Aplicáveis.....	216
17.1.	STJ.....	216
17.2.	STF.....	216
18.	Informativos Recentes	217
18.1.	STJ.....	217
18.2.	STF.....	218
19.	Questões de concursos públicos	222
20.	Gabarito anotado	227
21.	Questões discursivas com comentários	229

185 **CAPÍTULO III**
 201 **AÇÃO PENAL**

1.	Conceito.....	243
2.	Características.....	244
2.1.	Autônomo	244
2.2.	Abstrato	244
2.3.	Subjetivo	245
2.4.	Público	245
2.5.	Instrumental	245
2.6.	Localização no ordenamento jurídico	245
3.	Condições para o exercício da ação penal	245
3.1.	Conceito	245
3.1.1.	Interesse de agir	247
3.1.2.	Legitimidade (<i>legitimatío ad causam</i>).....	249
3.1.3.	Justa causa.....	250
3.1.4.	Condições específicas.....	252
3.1.5.	Condições objetivas de punibilidade	253
3.1.6.	Condições de prossequibilidade	253
3.2.	Oportunidade para verificação das condições para o exercício da ação penal	255

4.	Classificação das ações	256
4.1.	Ação penal pública incondicionada	257
4.1.1.	Conceito e titularidade	257
4.1.2.	Princípios informadores.....	258
4.2.	Ação pública condicionada.....	263
4.2.1.	Conceito e considerações	263
5.	Ação penal privada	270
5.1.	Conceito e considerações	270
5.2.	Titularidade.....	270
5.3.	Princípios.....	271
5.3.1.	Da oportunidade ou conveniência.....	271
5.3.2.	Da disponibilidade	272
5.3.3.	Da indivisibilidade	275
5.3.4.	Da intranscendência ou da personalidade	276
5.4.	Espécies de ação penal privada.....	276
5.4.1.	Exclusivamente privada ou propriamente dita.....	277
5.4.2.	Personalíssima.....	277
5.4.3.	Subsidiária da pública ou supletiva ou acidentalmente privada.....	277
5.5.	Custas e honorários advocatícios	279
6.	Questões complementares.....	280
6.1.	Ação de prevenção penal	280
6.2.	Ação penal <i>ex officio</i>	280
6.3.	Ação penal pública subsidiária da pública.....	280
6.4.	Ação penal popular.....	281
6.5.	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	281
6.5.1.	Direito intertemporal.....	285
6.6.	Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público.....	286
6.7.	Ação penal secundária.....	287
6.8.	Ação penal adesiva	287
6.9.	Ação penal na injúria por preconceito	288
6.10.	Ação penal extensiva.....	288
6.11.	Ação penal de segundo grau	288
7.	Inicial acusatória	289
7.1.	Conceito	289
7.2.	Requisitos formais	289
7.2.1.	Descrição do fato, com todas as suas circunstâncias	289
7.2.2.	Qualificação do acusado ou fornecimento de dados que possibilitem a sua identificação	292
7.2.3.	Classificação do crime	292
7.2.4.	Rol de testemunhas	293
7.2.5.	Pedido de condenação	293
7.2.6.	Endereçamento	293
7.2.7.	Nome e assinatura	293
7.2.8.	Outros requisitos.....	294

7.3.	Prazos para oferta da denúncia.....	295
7.3.1.	Prazos especiais para oferta da denúncia.....	295
7.3.2.	Início da contagem do prazo e o seu encerramento.....	296
7.3.3.	Desatendimento do prazo.....	296
7.4.	Prazos para oferta da queixa-crime	296
7.4.1.	Prazos especiais	297
7.5.	Aditamento da queixa	298
7.6.	Rejeição da denúncia ou queixa	298
7.6.1.	Repropositura da ação.....	301
7.6.2.	Rejeição <i>versus</i> não recebimento.....	301
7.6.3.	Rejeição parcial.....	302
7.6.4.	Recurso para combater a rejeição	302
7.6.5.	Fundamentação do recebimento e recebimento tácito	302
8.	Quadro sinótico.....	303
9.	Súmulas aplicáveis	312
9.1.	STJ.....	312
9.2.	STF.....	313
10.	Informativos recentes	313
10.1.	STJ.....	313
10.2.	STF.....	315
11.	Questões de concursos públicos	318
12.	Gabarito Anotado.....	324
13.	Questões discursivas com comentários	326
<p>ððð CAPÍTULO IV ððð AÇÃO CIVIL EX DELICTO</p>		
1.	Considerações iniciais.....	339
1.1.	Ação civil <i>ex delicto</i> de conhecimento ou de cognição, ação de ressarcimento do dano ou ação civil <i>ex delicto</i> em sentido estrito (art. 64, parágrafo único, CPP) ..	340
1.2.	Ação civil <i>ex delicto</i> de execução ou ação civil <i>ex delicto</i> em sentido amplo (art. 63, parágrafo único, CPP).....	341
2.	Legitimidade ativa e passiva.....	342
3.	Competência na ação reparatoria	343
4.	Sistemas processuais.....	344
4.1.	Sistema da confusão.....	344
4.2.	Sistema da solidariedade ou da união.....	344
4.3.	Sistema da livre escolha	344
4.4.	Sistema da separação ou independência.....	344
5.	Suspensão da demanda civil.....	347
5.1.	Regime legal da suspensão.....	348
5.1.1.	Obrigatoriedade da suspensão.....	348
5.1.2.	Facultatividade.....	348
6.	Execução da sentença condenatória penal	348

7.	Sentença absolutória e subordinação temática	349
7.1.	Absolvição pela prova da inexistência do fato (art. 386, I, CPP).....	349
7.2.	Não houver prova da existência do fato (art. 386, II, CPP).....	350
7.3.	Não constituir o fato infração penal (art. 386, III, CPP)	350
7.4.	Estar provado que o réu não concorreu para a infração (art. 386, IV, CPP).....	350
7.5.	Não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal (art. 386, V, CPP).....	351
7.6.	Existir circunstância que exclua o crime (art. 386, VI, CPP).....	351
7.7.	Existir circunstância que isente o réu de pena	352
7.8.	Ainda as razões absolutórias do art. 386, VI, CPP, e a fundada dúvida sobre sua existência	352
7.8.1.	Absolvição por estar provada a existência de causa excludente de ilicitude real.....	352
7.8.2.	Absolvição por estar provada causa excludente de ilicitude putativa e <i>aberratio ictus</i> (erro de alvo ou erro na execução)	352
7.8.3.	Absolvição por restar provada a existência de causa excludente de culpabilidade.....	353
7.8.4.	Absolvição por existir fundada dúvida sobre a existência de causa excludente de ilicitude ou de causa excludente de culpabilidade.....	353
7.9.	Não existir prova suficiente para a condenação (art. 386, VII, CPP)	353
8.	Efeitos civis de outras sentenças e decisões penais.....	354
8.1.	Decisão de arquivamento do inquérito policial.....	354
8.2.	Decisão que julgar extinta a punibilidade	355
8.2.1.	Extinção da punibilidade pela morte do agente (art. 107, I, CP).....	355
8.2.2.	Extinção da punibilidade pela anistia, graça ou indulto (art. 107, II, CP).....	355
8.2.3.	Extinção da punibilidade pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso (art. 107, III, CP)	356
8.2.4.	Pela prescrição, decadência ou perempção (art. 107, IV, CP)	356
8.2.5.	Pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada (art. 107, V, CP).....	356
8.2.6.	Pela retratação do agente, nos casos que a lei admite (art. 107, VI, CP)	357
8.2.7.	Pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei (art. 107, IX, CP).....	357
8.3.	Sentença absolutória imprópria.....	358
8.4.	Sentença absolutória prolatada pelo Júri Popular	358
8.5.	Sentença homologatória de transação penal	358
9.	Revisão criminal e ação rescisória.....	359
10.	Prazo prescricional	359
11.	Quadro sinótico.....	360
12.	Súmulas aplicáveis	364
12.1.	STJ.....	364
13.	Informativos recentes	364
13.1.	STJ.....	364
13.2.	STF	365
14.	Questões de concursos públicos	366
15.	Gabarito anotado	369
16.	Questões discursivas com comentários	371

CAPÍTULO V		
JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA		
1.	Jurisdição.....	374
1.1.	Conceito.....	374
1.1.1.	Jurisdição típica: Poder Judiciário ou Justiça Ordinária.....	375
1.1.2.	Jurisdição atípica: justiça extraordinária ou justiça política.....	376
1.2.	Princípios.....	377
1.2.1.	Investidura.....	377
1.2.2.	Indelegabilidade.....	377
1.2.3.	Juiz natural.....	378
1.2.4.	Inafastabilidade.....	380
1.2.5.	Inevitabilidade ou irrecusabilidade.....	380
1.2.6.	Correlação ou relatividade.....	381
1.2.7.	Devido processo legal.....	384
1.3.	Características.....	385
1.3.1.	Inércia.....	385
1.3.2.	Substitutividade.....	385
1.3.3.	Lide.....	385
1.3.4.	Atuação do direito.....	386
1.3.5.	Imutabilidade.....	386
2.	Competência.....	387
2.1.	Conceito.....	387
2.2.	Critérios.....	388
2.2.1.	Competência material.....	388
2.2.2.	Competência funcional.....	388
2.3.	Competência <i>ratione materiae</i>	389
2.3.1.	Justiça comum estadual.....	390
2.3.2.	Justiça comum federal.....	391
2.3.3.	Competência da justiça especializada militar.....	407
2.3.4.	Competência da justiça especializada eleitoral.....	414
2.4.	Competência <i>ratione loci</i>	415
2.4.1.	Domicílio ou residência do réu.....	418
2.4.2.	Critério subsidiário.....	418
2.4.3.	Crimes praticados a bordo de navios ou aeronaves.....	419
2.4.4.	Crimes praticados no exterior.....	421
2.4.5.	Súmulas aplicáveis.....	421
2.5.	Competência pela natureza da infração.....	421
2.6.	Colegiado de primeiro grau de jurisdição.....	421
2.6.1.	Considerações gerais.....	421
2.6.2.	Objetivos da instituição de colegiado no âmbito do juízo de primeiro grau.....	423
2.6.3.	Procedimento para formação de colegiado de primeiro grau.....	424
2.6.4.	Princípio do juiz natural.....	430

2.6.5.	Vedação de menção a voto divergente.....	431
2.7.	Competência <i>ratione personae</i> ou <i>ratione functionae</i>	432
2.7.1.	Prerrogativa de função e manutenção do cargo ou mandato	434
2.7.2.	Prerrogativa versus tribunal do júri.....	439
2.7.3.	Prerrogativa funcional dos prefeitos.....	440
2.7.4.	Foro privilegiado e deslocamento.....	440
2.7.5.	Prerrogativa de função: crime de responsabilidade versus improbidade administrativa	441
2.7.6.	Prerrogativa de função e indiciamento	442
2.7.7.	Duplo grau de jurisdição versus cessação da prerrogativa de função	443
2.7.8.	Prerrogativa de função fixada na Constituição Estadual e princípio da simetria ou do paralelismo.....	443
2.7.9.	Prerrogativa de função e exceção da verdade.....	445
2.8.	Competência absoluta <i>versus</i> relativa.....	446
2.9.	Prevenção	449
2.10.	Distribuição.....	450
2.11.	Conexão e continência	450
2.11.1.	Conexão.....	450
2.11.2.	Continência.....	452
2.11.3.	Preclusão e momento de reconhecimento da conexão ou continência	452
2.12.	Foro prevalente	454
2.12.1.	Concurso entre júri versus jurisdição comum ou especial	454
2.12.2.	Concurso entre jurisdições de diversas categorias	455
2.12.3.	Concurso entre jurisdição comum <i>versus</i> especial.....	457
2.12.4.	Concurso entre jurisdições de mesma categoria.....	458
2.13.	Separação de processos.....	459
2.13.1.	Separação obrigatória	459
2.13.2.	Separação facultativa	461
2.14.	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	461
2.14.1.	Perpetuação da jurisdição <i>versus</i> desclassificação no rito do júri	462
2.14.2.	Perpetuação da jurisdição <i>versus</i> procedimento de tráfico internacional de drogas.....	463
2.14.3.	Supressão e criação de órgão jurisdicional.....	463
2.15.	Prorrogação de competência.....	465
2.15.1.	Noção	465
2.15.2.	Prorrogação necessária.....	465
2.15.3.	Prorrogação facultativa.....	465
3.	Quadro sinótico.....	466
4.	Súmulas aplicáveis	480
4.1.	STJ.....	480
4.2.	STF	481
5.	Informativos recentes	481
5.1.	STJ.....	481
5.2.	STF.....	486
6.	Questões de concursos públicos	491

7. Gabarito anotado	497
8. Questões discursivas com comentários	499

CAPÍTULO VI

QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

1. Considerações iniciais	509
1.1. Incidente processual	510
1.2. Processo incidente	510
1.3. Ponto em sentido processual	511
1.4. Questão	511
1.5. Questão incidente	511
1.6. Questão prévia	511
1.7. Questão preliminar ou processual	512
1.8. Questão prejudicial	512
1.9. Questão sucessiva e posterior	513
1.10. Autuação em apartado	513
1.11. Classificações dos incidentes processuais	514
1.11.1. Quanto à profundidade meritória	514
1.11.2. Quanto à finalidade do incidente	514
2. Questões prejudiciais	515
2.1. Classificação	516
2.1.1. Prejudicial homogênea e heterogênea	516
2.1.2. Prejudicial obrigatória e facultativa	516
2.1.3. Prejudicial total e parcial	517
2.1.4. Prejudicial devolutiva e não devolutiva (princípio da suficiência)	518
2.2. Natureza jurídica e características	519
2.2.1. Natureza Jurídica	519
2.2.2. Características	520
2.3. Sistemas de solução	521
2.4. Processamento da prejudicial obrigatória e da facultativa	522
2.4.1. Pressupostos	522
2.4.2. Procedimento	525
2.5. Recursos	528
2.6. Prescrição	529
3. Exceções	529
3.1. Conceito	529
3.2. As espécies de exceções e seus processamentos	532
3.2.1. Exceção de suspeição	532
3.2.2. Exceção de incompetência	537
3.2.3. Exceção de litispendência	539
3.2.4. Exceção de ilegitimidade de parte	541
3.2.5. Exceção de coisa julgada (<i>exceptio rei judicatae</i>)	542
4. Incompatibilidades, impedimento e suspeição	547

4.1.	Processamento	549
4.2.	Efeitos.....	551
4.3.	Recursos	551
5.	Conflito de jurisdição	551
5.1.	Espécies e competência	552
5.2.	Arguição do conflito	553
5.3.	Processamento	555
5.4.	Recursos	555
6.	Conflito de atribuições	556
6.1.	Competência para dirimir o conflito	556
6.2.	Processamento	558
7.	Restituição de coisas apreendidas	558
7.1.	Introdução.....	558
7.2.	Autoridade restituinte.....	560
7.3.	Confisco.....	560
7.4.	Procedimento da restituição	561
7.5.	Recurso	562
8.	Medidas assecuratórias	562
8.1.	Noção e espécies	562
8.2.	Disciplina comum às medidas assecuratórias.....	566
8.2.1.	Pressupostos para decretação das medidas assecuratórias: <i>fumus comissi delicti e periculum libertatis</i>	566
8.2.2.	Possibilidade de alienação antecipada dos bens constrictos.....	570
8.3.	Previsão de medidas assecuratórias em leis especiais.....	571
8.3.1.	Medidas assecuratórias específicas da Lei de Entorpecentes – crimes de tráfico ilícito de drogas (Lei nº 11.343/2006).....	572
8.3.2.	Crimes de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998, alterada pela Lei nº 12.683/2012).....	573
8.3.3.	Crimes de tráfico de pessoas (Lei nº 13.344/2016).....	575
8.4.	Sequestro de bens imóveis	576
8.4.1.	Cabimento.....	576
8.4.2.	Embargos	577
8.4.3.	Recurso	578
8.4.4.	Levantamento	578
8.4.5.	Destinação ao final do processo	578
8.5.	Sequestro de bens móveis	579
8.5.1.	Cabimento.....	579
8.5.2.	Embargos.....	579
8.5.3.	Recurso	579
8.5.4.	Levantamento	580
8.5.5.	Destinação ao final do processo	580
8.6.	Hipoteca legal.....	580
8.6.1.	Cabimento e legitimidade.....	580
8.6.2.	Embargos	581

8.6.3.	Procedimento	581
8.6.4.	Recurso	582
8.6.5.	Levantamento	582
8.6.6.	Destinação ao final do processo	583
8.7.	Arresto de bens móveis (antigo sequestro definitivo ou subsidiário)	584
8.7.1.	Cabimento	584
8.7.2.	Embargos	585
8.7.3.	Procedimento	585
8.7.4.	Recurso	586
8.7.5.	Levantamento	586
8.7.6.	Destinação ao final do processo	586
8.8.	Arresto de imóveis (antigo sequestro prévio)	587
8.8.1.	Cabimento	587
8.8.2.	Embargos	588
8.8.3.	Recurso	588
9.	Incidente de falsidade	589
9.1.	Introdução	589
9.2.	Espécies	590
9.3.	Legitimidade	591
9.4.	Procedimento do incidente	591
9.5.	Efeitos	592
9.6.	Recurso	592
10.	Incidente de insanidade mental	593
10.1.	Introdução	593
10.2.	Procedimento	594
10.3.	Sequência	594
10.4.	Recurso	595
10.5.	Insanidade que se manifesta no cumprimento da pena	595
10.6.	Insanidade superveniente	596
11.	Ação civil de confisco (<i>civil forfeiture action</i>)	596
11.1.	Noção	596
11.2.	Distinções	597
11.3.	Finalidade	597
11.4.	Perdimento de bens segundo o direito brasileiro	597
11.5.	Necessidade de criação de ação civil de confisco com objeto amplo	598
11.6.	Existência de ação confiscatória no direito brasileiro restrita aos casos de culturas ilegais de plantas psicotrópicas e de exploração de trabalho escravo	598
12.	Quadro Sinótico	599
13.	Súmulas Aplicáveis	614
13.1.	STJ	614
13.2.	STF	614
14.	Informativos recentes	614
14.1.	STJ	614
14.2.	STF	615

15. Questões de concursos públicos	616
16. Gabarito Anotado.....	620
17. Questões discursivas com comentários	622

CAPÍTULO VII

PROVA

1. Teoria Geral da Prova.....	627
1.1. Conceito e finalidade.....	627
1.1.1. Prova	628
1.1.2. Elementos de informação.....	628
1.1.3. Meios de prova.....	629
1.1.4. Meios de obtenção de prova ou meios de investigação de prova.....	629
1.1.5. Fontes de prova	629
1.1.6. Técnicas especiais de investigação.....	630
1.1.7. Sucedâneos probatórios.....	630
1.2. Destinatários.....	633
1.3. Natureza jurídica	633
1.4. Objeto	633
1.4.1. Objeto da prova.....	633
1.4.2. Objeto de prova.....	633
1.5. Classificação da prova.....	635
1.5.1. Quanto ao objeto.....	635
1.5.2. Quanto ao efeito ou valor.....	636
1.5.3. Quanto ao sujeito ou causa.....	636
1.5.4. Quanto à forma ou aparência	637
1.5.5. Quanto à possibilidade de renovação em juízo	637
1.5.6. Quanto ao momento procedimental	638
1.5.7. Quanto à previsão legal.....	639
1.5.8. Quanto à finalidade da prova.....	640
1.5.9. Quanto à imposição legal da forma da prova	641
1.6. Meios de prova	642
1.7. Vedação probatória.....	642
1.8. Teorias sobre o tema das provas ilícitas	645
1.8.1. Teoria dos frutos da árvore envenenada (<i>fruits of the poisonous tree</i>), teoria da ilicitude por derivação ou “ <i>taint doctrine</i> ”	645
1.8.2. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade	651
1.8.3. Teoria da exclusão da ilicitude da prova	654
1.8.4. Princípio ou teoria da serendipidade	654
1.8.5. Inutilização da prova ilícita.....	658
1.8.6. Teoria da exceção de erro inócuo	659
1.9. Prova emprestada.....	660
1.10. Ônus da prova.....	663
1.10.1. Classificação do ônus da prova.....	664

1.10.2.	Ônus da prova e <i>standards</i> probatórios	666
1.10.3.	Inversão do ônus da prova	667
1.11.	Iniciativa do juiz.....	670
1.12.	Sistemas de apreciação da prova	672
1.12.1.	Sistema da certeza moral do juiz ou íntima convicção ou “ <i>secunda conscientia</i> ”.....	672
1.12.2.	Sistema da certeza moral do legislador, das regras legais ou da prova tarifada	672
1.12.3.	Sistema do livre convencimento motivado ou persuasão racional	673
1.13.	Princípios da prova.....	674
1.13.1.	Princípio da autorresponsabilidade das partes	674
1.13.2.	Princípio da audiência contraditória.....	674
1.13.3.	Princípio da aquisição ou comunhão.....	674
1.13.4.	Princípio da oralidade	674
1.13.5.	Princípio da publicidade.....	675
1.13.6.	Princípio do livre convencimento motivado	675
1.14.	Procedimento probatório	676
1.14.1.	Proposição	676
1.14.2.	Admissão.....	676
1.14.3.	Produção e contraditório	676
1.14.4.	Valoração.....	676
1.15.	Cooperação Jurídica Internacional para produção probatória.....	676
2.	Provas em espécie.....	680
2.1.	Exames periciais	680
2.1.1.	Considerações gerais.....	680
2.1.2.	Realização das perícias.....	683
2.1.3.	Apreciação dos laudos periciais	684
2.1.4.	Exame de corpo de delito.....	684
2.1.5.	Necessidade do laudo	686
2.1.6.	Outras perícias.....	686
2.2.	Interrogatório do acusado.....	694
2.2.1.	Conceito e natureza jurídica	694
2.2.2.	Necessidade e reinterrogatório	695
2.2.3.	Formalidades do interrogatório	697
2.2.4.	Procedimento.....	701
2.3.	Confissão.....	709
2.3.1.	Conceito e objeto.....	709
2.3.2.	Natureza jurídica	709
2.3.3.	Espécies	710
2.3.4.	Requisitos.....	711
2.3.5.	Peculiaridades	711
2.3.6.	Valor probatório.....	712
2.3.7.	Delação e delação premiada	712
2.4.	Ofendido	745

2.4.1.	Considerações gerais: conceito e natureza	745
2.4.2.	Repercussões processuais.....	745
2.4.3.	Valor probatório das declarações do ofendido.....	746
2.4.4.	Prerrogativas do ofendido.....	746
2.4.5.	Escuta especializada e depoimento especial de criança ou de adolescente (Lei nº 13.431/2017 – depoimento sem dano)	748
2.4.6.	Proteção à mulher em situação de violência doméstica ou familiar e regras específicas de atendimento policial e pericial especializado (Lei nº 13.505/2017)	750
2.5.	Testemunhas.....	751
2.5.1.	Conceito e natureza	751
2.5.2.	Características da prova testemunhal.....	751
2.5.3.	Recusa e impedimento	752
2.5.4.	Demais vedações	753
2.5.5.	Deveres da testemunha.....	754
2.5.6.	Número de testemunhas	754
2.5.7.	Classificação.....	755
2.5.8.	Lugar do depoimento, precatória e videoconferência	759
2.5.9.	Testemunho dos militares e funcionários públicos.....	760
2.5.10.	Procedimento para tomar o depoimento.....	761
2.5.11.	O depoimento.....	762
2.5.12.	Falso testemunho e prisão em flagrante.....	766
2.5.13.	Competência para julgamento do falso testemunho	767
2.5.14.	Proteção.....	767
2.5.15.	Valor Probatório.....	768
2.6.	Reconhecimento de pessoas e coisas.....	768
2.6.1.	Conceito e natureza jurídica	768
2.6.2.	Reconhecimento de pessoas.....	768
2.6.3.	Reconhecimento fotográfico e fonográfico	771
2.6.4.	Reconhecimento de coisas.....	771
2.7.	Acareação	771
2.7.1.	Conceito e natureza	771
2.7.2.	Pressupostos	771
2.7.3.	Procedimento	771
2.7.4.	Valor probatório.....	772
2.8.	Documentos	772
2.8.1.	Conceito	772
2.8.2.	Espécies	773
2.8.3.	Requisitos.....	774
2.8.4.	Produção	774
2.8.5.	Tradução.....	775
2.8.6.	Restituição	775
2.9.	Indícios e presunções.....	776
2.9.1.	Conceito	776

2.9.2.	Classificação	777
2.9.3.	Valor probatório.....	777
2.10.	Busca e apreensão.....	778
2.10.1.	Conceito e natureza jurídica	778
2.10.2.	Iniciativa	779
2.10.3.	Objeto.....	780
2.10.4.	Momento.....	781
2.10.5.	Espécies	781
2.11.	Interceptação telefônica	792
2.11.1.	Noções fundamentais	792
2.11.2.	Iniciativa	813
2.11.3.	Limites à interceptação de comunicações telefônicas.....	814
2.11.4.	Procedimento e requisitos ao deferimento da medida.....	816
2.11.5.	Prazo e renovação da interceptação telefônica.....	820
2.11.6.	Condução da interceptação e acompanhamento pelo Ministério Público	821
2.11.7.	Transcrição da gravação e auto circunstanciado	822
2.11.8.	Encontro fortuito de provas ou “serendipidade”	823
2.11.9.	Inutilização de gravação.....	825
2.11.10.	Proteção penal e administrativa.....	825
2.11.11.	Problemas de direito intertemporal.....	826
3.	Quadro Sinótico	828
4.	Súmulas aplicáveis	865
4.1.	STJ.....	865
4.2.	STF	865
5.	Informativos recentes	865
5.1.	STJ.....	865
5.2.	STF.....	869
6.	Questões de concursos públicos	876
7.	Gabarito Anotado.....	881
8.	Questões discursivas com comentários	883

ΣΣΣ

ΣΣΣ

CAPÍTULO VIII

SUJEITOS NO PROCESSO PENAL

1.	A relação processual penal.....	903
2.	Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público.....	904
2.1.	Juiz.....	904
2.2.	Ministério Público.....	906
2.2.1.	Considerações gerais.....	906
2.2.2.	Organização e atuação	908
2.2.3.	Impedimento e suspeição do presentante do Ministério Público	909
2.2.4.	Princípios atinentes ao Ministério Público	910
2.3.	Funcionários do Poder Judiciário.....	911
2.4.	Auxiliares do juízo.....	912

3.	Acusado e defensor	913
4.	Querelante	917
5.	Assistente do Ministério Público.....	917
6.	Assistente da defesa	921
7.	Quadro Sinótico	922
8.	Súmulas aplicáveis	926
8.1.	STF	926
8.2.	STJ.....	926
9.	Informativos recentes	926
9.1.	STJ.....	926
9.2.	STF	927
10.	Questões de concursos públicos	929
11.	Gabarito Anotado.....	933
12.	Questões discursivas com comentários	935

CAPÍTULO IX

PRISÕES

1.	Conceito.....	937
2.	Formalidades e execução	938
2.1.	Mandado de prisão	939
2.2.	Restrição de horário e inviolabilidade domiciliar	940
2.3.	Prisão em perseguição.....	941
2.4.	Prisão em território diverso da atuação judicial.....	942
2.5.	Prisão especial.....	943
2.6.	Emprego de força e uso de algemas	945
2.7.	Emprego de força e uso de instrumentos não letais (Lei nº 13.060/2014).....	949
2.8.	Regime disciplinar diferenciado (RDD).....	949
3.	Prisão em flagrante	951
3.1.	Conceito	951
3.2.	Espécies de flagrante.....	952
3.2.1.	Flagrante próprio (propriamente dito, real ou verdadeiro).....	952
3.2.2.	Flagrante impróprio (irreal ou quase flagrante)	953
3.2.3.	Flagrante presumido (ficto ou assimilado).....	953
3.2.4.	Flagrante compulsório ou obrigatório	953
3.2.5.	Flagrante facultativo	954
3.2.6.	Flagrante esperado.....	954
3.2.7.	Flagrante preparado ou provocado	954
3.2.8.	Flagrante prorrogado (retardado, postergado, diferido, estratégico ou ação controlada)	956
3.2.9.	Flagrante forjado	957
3.2.10.	Flagrante por apresentação	958
3.2.11.	Flagrante cataléptico.....	958
4.	Flagrante nas várias espécies de crime.....	959

4.1.	Crime permanente	959
4.2.	Crime habitual	960
4.3.	Crime de ação penal privada e pública condicionada.....	960
4.4.	Crime continuado.....	961
4.5.	Infração de menor potencial ofensivo.....	962
5.	Sujeitos do flagrante.....	963
5.1.	Sujeito ativo	963
5.2.	Sujeito passivo	963
5.2.1.	Conceito e hipóteses	963
5.2.2.	Prisão de diplomata estrangeiro	964
5.2.3.	Prisão e aplicação de outras medidas cautelares a Membro do Congresso Nacional.....	967
5.3.	Autoridade competente.....	971
6.	Procedimentos e formalidades.....	971
6.1.	Nota de culpa.....	974
6.2.	Remessa à autoridade.....	974
6.3.	Audiência de custódia.....	975
7.	Prisão preventiva	980
7.1.	Conceito	980
7.2.	Pressupostos.....	980
7.3.	As hipóteses de decretação	980
7.4.	Infrações que comportam a medida.....	985
7.5.	Decretação e sistema recursal.....	989
7.6.	Fundamentação	990
7.7.	Revogação.....	991
7.8.	Apresentação espontânea.....	992
7.9.	Preventiva versus excludentes de ilicitude	993
8.	Prisão temporária	994
8.1.	Conceito	994
8.2.	Decretação	994
8.3.	Cabimento.....	995
8.3.1.	Imprescindibilidade para as investigações do inquérito policial (inciso I)...	995
8.3.2.	Indiciado não tem residência fixa ou não fornece elementos para sua identificação (inciso II).....	996
8.3.3.	Quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes relacionados (inciso III).....	997
8.4.	Prazos	999
8.4.1.	Regra geral (art. 2º da Lei nº 7.960/1989).....	999
8.4.2.	Crimes hediondos e assemelhados.....	1000
8.5.	Procedimento.....	1000
9.	Prisão na fase dos recursos	1001
9.1.	Prisão decorrente de decisão de pronúncia	1002
9.2.	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível	1003
9.3.	Prisão em segunda instância e execução provisória da pena.....	1006
10.	Prisão domiciliar.....	1010

11. Prisão administrativa	1013
12. Prisão civil.....	1014
13. Prisão para averiguações	1016
14. “Difusões vermelhas” (<i>red notices</i>) e a prisão para fins de extradição – Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração)	1016
14.1. Difusão vermelha e a prisão para fins de extradição	1017
14.1.1. Difusão vermelha ordenada por autoridade judiciária brasileira	1017
14.1.2. Difusão vermelha oriunda de outro país (autoridade judiciária ou administrativa de Estado-membro estrangeiro) e prisão cautelar para fins de extradição no Brasil	1018
15. Quadro sinótico.....	1020
16. Súmulas aplicáveis	1035
16.1. STJ.....	1035
16.2. STF	1035
17. Informativos recentes	1035
17.1. STJ.....	1035
17.2. STF	1036
18. Questões de concursos públicos	1038
19. Gabarito anotado	1045
20. Questões discursivas com comentários	1047

CAPÍTULO X

LIBERDADE PROVISÓRIA E OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO

1. Conceito.....	1061
2. Espécies.....	1063
2.1. Liberdade provisória obrigatória	1063
2.2. Liberdade provisória permitida.....	1064
2.3. Liberdade provisória vedada.....	1064
3. Liberdade provisória sem fiança	1065
3.1. Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação	1065
3.2. Liberdade provisória sem fiança e com vinculação.....	1067
3.2.1. Restrições	1069
3.2.2. Fundamentação.....	1073
3.2.3. Outras hipóteses de cabimento	1074
3.2.4. Sistema recursal.....	1074
4. Liberdade provisória mediante fiança	1074
4.1. Fiança X liberdade provisória mediante fiança	1075
4.2. Objetivos da fiança.....	1075
4.3. Valor da fiança.....	1075
4.3.1. Demais critérios para o arbitramento	1076
4.4. Modalidades de fiança.....	1077
4.5. Obrigações do afiançado.....	1077
4.6. Vedações legais	1078

4.6.1.	Vedações do art. 323, CPP	1080
4.6.2.	Vedações do art. 324, CPP	1081
4.6.3.	Demais vedações	1082
4.7.	Quebra da fiança.....	1083
4.8.	Perda da fiança	1084
4.9.	Cassação da fiança	1084
4.10.	Reforço da fiança	1085
4.11.	Dispensa da fiança.....	1086
4.12.	Procedimento.....	1086
4.13.	Execução	1087
5.	Outras medidas cautelares diversas da prisão.....	1087
5.1.	Considerações gerais.....	1087
5.1.1.	Bipolaridade das medidas cautelares e poder geral de cautela no processo penal.....	1088
5.1.2.	Princípios informadores.....	1090
5.2.	Momento e legitimidade	1091
5.3.	Requisitos	1092
5.4.	Cautelares em espécie	1092
6.	Quadro sinótico.....	1097
7.	Súmulas aplicáveis	1105
7.1.	STJ.....	1105
7.2.	STF	1105
8.	Informativos recentes	1106
8.1.	STJ.....	1106
8.2.	STF	1107
9.	Questões de concursos públicos	1108
10.	Gabarito anotado	1112
11.	Questões discursivas com comentários	1113

CAPÍTULO XI ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL

1.	Formas de comunicação processual.....	1117
2.	Citação	1118
2.1.	Conceito	1118
2.2.	Espécies	1118
2.2.1.	Citação pessoal	1119
2.2.2.	Citação por edital.....	1122
2.2.3.	Citação por hora certa.....	1124
3.	Intimação, notificação e contagem de prazos	1126
3.1.	Intimação	1126
3.2.	Notificação	1126
3.3.	Citação	1126
3.4.	Intimações do Ministério Público e da Defensoria Pública.....	1127

3.5.	Intimação do defensor dativo e do advogado	1127
3.6.	Fluência e contagem dos prazos	1128
3.7.	Suspensão do prazo da advogada adotante ou que se tornar mãe (Lei nº 13.363/2016).....	1129
3.8.	Intimação em audiência.....	1129
3.9.	Regras especiais de intimação em matéria processual penal.....	1129
3.10.	Intimação por edital ou com hora certa no processo criminal e sistema inquisitivo	1130
3.11.	Intimação do acusado preso	1130
3.12.	Intimação por carta.....	1130
4.	Revelia e suspensão do processo penal	1131
5.	Informatização do processo judicial.....	1133
6.	Quadro Sinótico	1135
7.	Súmulas Aplicáveis.....	1140
7.1.	STJ.....	1140
7.2.	STF.....	1140
8.	Informativos recentes	1140
8.1.	STJ.....	1140
8.2.	STF.....	1141
9.	Questões de concursos públicos	1142
10.	Gabarito Anotado.....	1147
11.	Questões discursivas com comentários	1149

CAPÍTULO XII

SENTENÇA

1.	Noção de sentença.....	1153
1.1.	Introdução.....	1153
1.2.	Outros atos judiciais	1155
1.2.1.	Provimentos	1155
1.2.2.	Atos reais ou materiais.....	1155
2.	Classificação das sentenças	1155
2.1.	Sentença declaratória	1156
2.2.	Sentença constitutiva.....	1156
2.2.1.	Sentença constitutiva positiva.....	1156
2.2.2.	Sentença constitutiva negativa	1156
2.3.	Sentença mandamental.....	1157
2.4.	Sentença executiva	1157
2.5.	Sentença condenatória.....	1157
2.6.	Outras classificações.....	1157
2.6.1.	Interlocutórias simples.....	1157
2.6.2.	Interlocutórias mistas.....	1157
2.6.3.	Decisões definitivas ou sentenças em sentido próprio.....	1158
2.6.4.	Sentenças executáveis	1158
2.6.5.	Sentenças não executáveis	1158
2.6.6.	Sentenças suicidas.....	1158
2.6.7.	Sentenças vazias.....	1158

2.6.8.	Sentenças subjetivamente simples.....	1158
2.6.9.	Sentenças subjetivamente plúrimas.....	1159
2.6.10.	Sentenças subjetivamente complexas.....	1159
2.6.11.	Sentenças autofágicas.....	1159
2.6.12.	Sentenças materiais.....	1159
2.6.13.	Sentenças formais.....	1159
3.	Fundamentação e estrutura das sentenças.....	1159
3.1.	Fundamentação per relationem ou aliunde.....	1160
3.2.	Estruturação da sentença.....	1160
3.2.1.	<i>Emendatio libelli</i>	1162
3.2.2.	<i>Mutatio libelli</i>	1164
4.	Sentenças em processo penal condenatório e seus efeitos.....	1169
4.1.	Sentença condenatória.....	1169
4.1.1.	Efeitos da sentença penal condenatória.....	1176
4.1.2.	Efeito prodrômico da sentença penal condenatória ou <i>non reformatio in pejus</i>	1180
4.1.3.	Técnica da sentença penal condenatória.....	1182
4.2.	Sentença absolutória.....	1185
4.3.	Sentença declaratória de extinção da punibilidade.....	1188
4.4.	Publicação e intimação da sentença.....	1189
4.4.1.	Publicação da sentença.....	1189
4.4.2.	Intimação da sentença.....	1190
5.	Coisa julgada e preclusão.....	1195
5.1.	Distinção.....	1195
5.2.	Coisa julgada.....	1195
5.3.	Preclusão.....	1195
5.4.	Coisa julgada criminal e revisão criminal favor rei.....	1196
5.5.	Coisa julgada criminal e o princípio da correlação entre a <i>causa petendi</i> e a sentença.....	1197
6.	Quadro Sinótico.....	1198
7.	Súmulas aplicáveis.....	1208
7.1.	STJ.....	1208
7.2.	STF.....	1209
8.	Informativos recentes.....	1209
8.1.	STJ.....	1209
8.2.	STF.....	1210
9.	Questões de concursos públicos.....	1211
10.	Gabarito Anotado.....	1216
11.	Questões discursivas com comentários.....	1218

01E:	
11E:	
	CAPÍTULO XIII	
	PROCEDIMENTOS	
1.	Considerações Gerais.....	1227
2.	Procedimento comum.....	1228
2.1.	Procedimento comum ordinário (artigos 394 a 405, CPP).....	1230

2.1.1.	Questões complementares	1238
2.1.2.	Sequência.....	1245
2.2.	Procedimento comum sumário (artigos 531 a 536, CPP).....	1247
2.2.1.	Sequência.....	1248
2.3.	Procedimento comum sumaríssimo (juizados especiais criminais)	1250
2.3.1.	Considerações iniciais	1250
2.3.2.	Fase preliminar.....	1251
2.3.3.	Audiência preliminar	1252
2.3.4.	Procedimento sumaríssimo.....	1257
3.	Procedimentos especiais	1261
3.1.	Crimes afiançáveis imputados a funcionário público	1262
3.1.1.	Peculiaridades do procedimento	1263
3.1.2.	Sequência.....	1265
3.2.	Crimes contra a honra.....	1265
3.2.1.	Sequência.....	1267
3.3.	Procedimento especial para processamento dos crimes de drogas	1268
3.3.1.	Sequência.....	1273
3.4.	Procedimento especial para os crimes falimentares	1275
3.5.	Outros procedimentos especiais	1276
3.5.1.	Procedimento criminal da ação penal originária dos tribunais.....	1276
3.5.2.	Procedimento para os crimes contra a propriedade imaterial	1279
3.5.3.	Procedimento para a restauração de autos extraviados.....	1281
4.	Procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida.....	1283
4.1.	Fundamentos do tribunal do júri.....	1283
4.2.	Princípios reitores	1284
4.3.	Características	1285
4.4.	Rito especial do júri.....	1286
4.4.1.	Primeira fase ou juízo da instrução preliminar (<i>judicium accusationis</i>).....	1287
4.5.	Sentença de absolvição sumária.....	1299
4.6.	Decisão de desclassificação da infração penal contra a vida	1302
4.7.	Rito especial do júri: segunda fase ou preparação para o julgamento (<i>judicium causae</i> ou juízo de mérito)	1304
4.8.	Rol de testemunhas e diligências	1306
4.9.	Desaforamento	1306
4.10.	Instalação da reunião do júri.....	1308
4.10.1.	Preparativos administrativos e processuais	1308
4.10.2.	Alistamento dos jurados.....	1308
4.10.3.	Organização da pauta	1310
4.10.4.	Sorteio e convocação dos jurados.....	1310
4.10.5.	Função de jurado	1311
4.10.6.	Reunião e sessões do tribunal do júri	1313
4.11.	Formação do conselho de sentença.....	1315
4.12.	Atos instrutórios.....	1317
4.13.	Debates e poderes do juiz.....	1319

4.14. Formulação dos quesitos e votação	1320
4.15. Sentença e ata da sessão	1325
4.16. Recurso e anulação parcial do julgamento do júri.....	1326
5. Procedimento especial dos crimes militares	1328
6. Quadro Sinótico	1333
7. Súmulas Aplicáveis.....	1354
7.1. STJ.....	1354
7.2. STF.....	1355
8. Informativos recentes	1355
8.1. STJ.....	1355
8.2. STF.....	1357
9. Questões de concursos públicos	1358
10. Gabarito Anotado.....	1363
11. Questões discursivas com comentários	1366

٢٢٢١
٤٢٢١

CAPÍTULO XIV

RECURSOS

1. Teoria geral dos recursos	1379
1.1. Conceito	1379
1.2. Natureza jurídica	1380
1.3. Fundamentos e o duplo grau de jurisdição.....	1381
1.4. Princípios recursais.....	1383
1.5. Impedimentos.....	1394
1.6. Pressupostos de admissibilidade recursal.....	1395
1.6.1. Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.....	1397
1.6.2. Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal.....	1402
1.6.3. Juízo de admissibilidade e competência recursal	1406
1.7. Efeitos recursais.....	1407
1.8. Extinção dos recursos.....	1413
2. Recursos em espécie	1414
2.1. Apelação	1414
2.1.1. Noção	1414
2.1.2. Interposição	1416
2.1.3. Cabimento	1418
2.1.4. Processamento.....	1422
2.1.5. Julgamento.....	1425
2.2. Recurso em sentido estrito	1431
2.2.1. Noção	1431
2.2.2. Interposição	1431
2.2.3. Cabimento	1432
2.2.4. Processamento.....	1437
2.2.5. Julgamento.....	1440
2.3. Carta testemunhável	1440

2.3.1.	Noção	1440
2.3.2.	Interposição	1441
2.3.3.	Cabimento	1443
2.3.4.	Processamento	1444
2.3.5.	Julgamento	1446
2.4.	Correição Parcial	1446
2.4.1.	Noção	1446
2.4.2.	Interposição	1447
2.4.3.	Cabimento	1448
2.4.4.	Processamento	1449
2.4.5.	Julgamento	1450
2.5.	“Embarginhos” e embargos de declaração	1450
2.5.1.	Noção	1450
2.5.2.	Interposição	1450
2.5.3.	Cabimento	1451
2.5.4.	Processamento	1451
2.5.5.	Julgamento	1453
2.6.	Agravo interno ou regimental	1453
2.6.1.	Noção	1453
2.6.2.	Interposição	1453
2.6.3.	Cabimento	1455
2.6.4.	Processamento	1456
2.6.5.	Julgamento	1456
2.7.	Embargos infringentes e de nulidade	1457
2.7.1.	Noção	1457
2.7.2.	Interposição	1457
2.7.3.	Cabimento	1458
2.7.4.	Processamento	1460
2.7.5.	Julgamento	1462
2.8.	Recursos especial e extraordinário	1463
2.8.1.	Noção	1463
2.8.2.	Interposição	1463
2.8.3.	Cabimento	1466
2.8.4.	Processamento	1471
2.8.5.	Julgamento	1472
2.9.	Reclamação constitucional	1474
2.9.1.	Noção	1474
2.9.2.	Interposição	1475
2.9.3.	Cabimento	1475
2.9.4.	Processamento	1476
2.9.5.	Julgamento	1476
2.10.	Recurso ordinário constitucional	1477
2.10.1.	Noção	1477
2.10.2.	Interposição	1477

2.10.3. Cabimento.....	1478
2.10.4. Processamento.....	1480
2.10.5. Julgamento.....	1481
2.11. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	1481
2.11.1. Noção.....	1481
2.11.2. Interposição.....	1482
2.11.3. Cabimento.....	1483
2.11.4. Processamento.....	1484
2.11.5. Julgamento.....	1485
2.12. Embargos de divergência.....	1486
2.12.1. Noção.....	1486
2.12.2. Interposição.....	1486
2.12.3. Cabimento.....	1486
2.12.4. Processamento.....	1487
2.12.5. Julgamento.....	1487
2.13. Agravo em execução.....	1488
2.13.1. Noção.....	1488
2.13.2. Interposição.....	1488
2.13.3. Cabimento.....	1489
2.13.4. Processamento.....	1489
2.13.5. Julgamento.....	1490
2.14. Reclamação contra a lista geral de jurados.....	1490
2.14.1. Noção.....	1490
2.14.2. Interposição.....	1490
2.14.3. Cabimento.....	1490
2.14.4. Processamento.....	1491
2.14.5. Julgamento.....	1491
2.15. Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	1491
2.15.1. Noção.....	1491
2.15.2. Iniciativa.....	1492
2.15.3. Cabimento.....	1492
2.15.4. Processamento.....	1493
2.15.5. Julgamento.....	1493
3. Quadro Sinótico.....	1495
4. Súmulas aplicáveis.....	1523
4.1. STJ.....	1523
4.2. STF.....	1524
5. Informativos recentes.....	1525
5.1. STJ.....	1525
5.2. STF.....	1527
6. Questões de concursos públicos.....	1529
7. Gabarito Anotado.....	1533
8. Questões discursivas com comentários.....	1535

CAPÍTULO XV NULIDADES

1.	Nulidades processuais em geral.....	1541
1.1.	Introdução.....	1541
1.1.1.	Noção de nulidade.....	1541
1.1.2.	Sistemas de nulidades: rol exemplificativo <i>versus</i> rol taxativo.....	1542
1.1.3.	Fundamento constitucional.....	1544
1.1.4.	Tipicidade e atipicidade do ato processual.....	1545
1.1.5.	Elementos e formalidades do ato processual penal.....	1546
1.1.6.	Confronto doutrinário.....	1547
1.2.	Classificações das nulidades.....	1548
1.2.1.	Influência do direito privado.....	1548
1.2.2.	Fundamento das classificações.....	1548
1.2.3.	Divergências na terminologia classificatória.....	1548
1.2.4.	Doutrina clássica das nulidades <i>versus</i> doutrina das nulidades como sanção.....	1548
1.2.5.	Vantagens e desvantagens da adoção de uma classificação.....	1549
1.2.6.	Relativização das nulidades processuais.....	1550
1.2.7.	Classificações na doutrina.....	1550
1.3.	Princípios informativos das nulidades.....	1554
1.3.1.	O princípio da boa fé objetiva e o <i>duty to mitigate the loss</i> na esfera criminal.....	1558
2.	Inexistência dos atos processuais.....	1559
3.	Nulidades absolutas e relativas.....	1560
3.1.	A arguição de nulidade.....	1560
3.2.	Efeitos.....	1562
4.	Hipóteses passíveis de reconhecimento judicial de nulidade.....	1562
4.1.	Falta ou deficiência de defesa.....	1563
4.2.	Illegitimidade da parte.....	1565
4.3.	Incompetência do juízo.....	1568
4.4.	Incompatibilidade, impedimento, suspeição ou suborno do juiz.....	1570
4.5.	Inexistência ou defeito de peça acusatória ou de representação.....	1572
4.6.	Ausência de intervenção do Ministério Público.....	1574
4.7.	Ausência ou defeito de citação e do interrogatório do réu.....	1574
4.8.	Vícios na decisão de pronúncia e rol de testemunhas.....	1577
4.9.	Não intimação do réu da data de julgamento pelo júri.....	1578
4.10.	Presença de pelo menos quinze jurados para o júri.....	1578
4.11.	Concessão de prazos processuais.....	1579
4.12.	Falta de intimação de testemunhas.....	1581
4.13.	Falta de exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.....	1583
4.14.	Irregularidade no sorteio e incomunicabilidade dos jurados.....	1584
4.15.	Defeito ou contradição na quesitação e nas respectivas respostas no júri.....	1585
4.16.	Irregularidades surgidas nos debates perante o tribunal popular.....	1586

4.17. Vícios na sentença.....	1587
4.18. Descumprimento de disposição que preconiza reexame necessário.....	1591
4.19. Falta ou irregularidade na intimação de atos processuais.....	1592
4.20. Descumprimento do quorum legal de julgamento nos tribunais.....	1593
4.21. Omissão de formalidade essencial de ato processual.....	1594
4.22. Nulidades no inquérito policial.....	1595
4.22.1. Divergência doutrinária.....	1595
4.22.2. Jurisprudência.....	1596
5. Reconhecimento judicial da nulidade e saneamento do ato processual penal.....	1596
6. Quadro Sinótico.....	1597
7. Súmulas aplicáveis.....	1610
7.1. STF.....	1610
8. Informativos recentes.....	1610
8.1. STJ.....	1610
8.2. STF.....	1612
9. Questões de concursos públicos.....	1612
10. Gabarito Anotado.....	1616
11. Questões discursivas com comentários.....	1618

CAPÍTULO XVI AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

1. De ordem geral.....	1621
2. <i>Habeas corpus</i>	1622
2.1. Fundamentos.....	1622
2.2. Natureza jurídica.....	1623
2.3. Cabimento.....	1625
2.3.1. Violação à liberdade de ir e vir.....	1625
2.3.2. <i>Habeas corpus</i> preventivo, repressivo e suspensivo.....	1629
2.3.3. Crime com pena privativa de liberdade.....	1630
2.3.4. Transgressão disciplinar.....	1631
2.4. Processamento e julgamento.....	1632
2.4.1. Competência.....	1632
2.4.2. Legitimidade ativa e passiva.....	1635
2.4.3. Forma de propositura.....	1637
2.4.4. Rito processual.....	1638
2.4.5. Julgamento.....	1640
2.4.6. Trancamento do inquérito, do processo ou do termo circunstanciado de ocorrência.....	1642
2.4.7. <i>Habeas corpus ex officio</i> , liberdade provisória e relaxamento de prisão.....	1643
2.4.8. Recursos em <i>habeas corpus</i> e <i>habeas corpus</i> substitutivo.....	1643
2.4.9. Jurisprudência defensiva: o <i>habeas corpus</i> substitutivo de recurso ordinário constitucional e a concessão de <i>habeas corpus</i> de ofício.....	1645
3. Mandado de Segurança.....	1646

3.1.	Fundamentos	1646
3.2.	Cabimento.....	1647
3.3.	Processamento e julgamento	1651
3.3.1.	Competência.....	1651
3.3.2.	Legitimidade ativa e passiva.....	1651
3.3.3.	Procedimento do mandado de segurança.....	1653
3.3.4.	Julgamento.....	1656
3.4.	Mandado de segurança coletivo.....	1657
4.	Revisão Criminal.....	1659
4.1.	Fundamentos	1659
4.2.	Cabimento.....	1660
4.3.	Processamento e julgamento	1661
4.3.1.	Competência.....	1661
4.3.2.	Legitimidade <i>ad causam</i>	1662
4.3.3.	Propositura	1663
4.3.4.	Rito da revisão criminal.....	1664
4.3.5.	Julgamento e indenização.....	1665
5.	Quadro Sinótico	1667
6.	Súmulas aplicáveis	1681
6.1.	STJ.....	1681
6.2.	STF.....	1681
7.	Informativos recentes	1681
7.1.	STJ.....	1681
7.2.	STF.....	1682
8.	Questões de concursos públicos	1688
9.	Gabarito Anotado.....	1692
10.	Questões discursivas com comentários	1694

CAPÍTULO XVII

DISPOSIÇÕES GERAIS DO CPP

1.	Audiências e sessões	1697
2.	Publicidade	1698
3.	Poder de polícia do juiz	1699
4.	Prazos.....	1699
4.1.	Prazos penais versus prazos processuais	1699
4.2.	Fluência dos prazos processuais	1700
4.3.	Prazos processuais em espécie.....	1702
4.4.	Princípios informadores da disciplina dos prazos processuais.....	1704
5.	Retirada de autos.....	1705
6.	Custas processuais	1706
7.	Substituição do escrivão/diretor de secretaria	1707
8.	Estatística judiciária criminal	1708
9.	Quadro sinótico.....	1709

10. Súmulas aplicáveis	1712
10.1. STJ.....	1712
10.2. STF.....	1712
11. Informativos recentes	1712
11.1. STJ.....	1712
11.2. STF.....	1713
12. Questões de concursos públicos	1713
13. Gabarito anotado	1715
14. Questões discursivas com comentários	1715

CAPÍTULO XVIII

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

1. Sistema internacional de persecução criminal	1717
2. Jurisdição e competência	1719
2.1. Competência material irretroativa	1719
2.2. Atuação da jurisdição do Tribunal Penal Internacional	1720
2.3. Princípios informadores da jurisdição e da competência do Tribunal Penal Internacional.....	1721
3. Princípios informadores do Direito Penal e do Processo Penal Internacional.....	1723
4. Inquérito	1725
5. Procedimento criminal	1726
5.1. Juízo de Instrução.....	1726
5.2. Juízo de Julgamento.....	1727
5.3. Juízo de Recursos.....	1729
6. Execução da pena.....	1730
7. Quadro sinótico.....	1731
8. Informativos recentes	1734
8.1. STF.....	1734
9. Questões de concursos públicos	1735
10. Gabarito anotado	1736
11. Questões discursivas com comentários	1737

CAPÍTULO XIX

EXECUÇÃO PENAL

1. Considerações gerais.....	1739
1.1. Noção	1739
1.2. Natureza jurídica da execução penal	1740
1.3. Autonomia do processo executivo penal	1741
2. Requisitos da execução penal.....	1742
3. Objetivos da execução penal	1743
4. Princípios e garantias da execução penal.....	1743
4.1. Devido processo legal.....	1743
4.2. Juízo competente	1744

4.3.	Individualização da pena	1745
4.4.	Personalização da pena.....	1746
4.5.	Legalidade e irretroatividade da lei	1746
4.6.	Contraditório e ampla defesa.....	1748
4.7.	Direito à prova	1748
4.8.	Isonomia.....	1749
4.9.	Direito a não autoincriminação.....	1749
4.10.	Reeducação.....	1750
4.11.	Duplo grau de jurisdição.....	1750
4.12.	Humanização.....	1750
4.13.	Cooperação comunitária.....	1751
4.14.	Oficialidade	1751
4.15.	Publicidade.....	1751
4.16.	Aplicação ao preso provisório.....	1751
4.17.	Motivação das decisões.....	1752
4.18.	<i>Numerus clausus</i>	1752
5.	Órgãos da execução penal.....	1752
6.	Estabelecimentos para cumprimento de pena	1755
6.1.	Definição do estabelecimento.....	1755
6.2.	Penitenciária	1757
6.3.	Colônia agrícola, industrial ou similar.....	1758
6.4.	Casa do Albergado	1758
6.5.	Centro de Observação	1760
6.6.	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	1760
6.7.	Cadeia pública	1760
6.8.	Critérios para separação de presos provisórios e apenados	1760
6.9.	Execução indireta de atividades acessórias (privatização ou terceirização no sistema prisional)	1761
7.	Jurisdição e competência da execução penal.....	1762
8.	Restrição de direitos na execução da pena	1763
8.1.	Deveres	1763
8.2.	Direitos.....	1763
8.3.	Direitos políticos	1764
8.4.	Visita	1765
8.5.	Comunicação.....	1766
8.6.	Assistência	1766
8.6.1.	Assistência material.....	1766
8.6.2.	Assistência à saúde.....	1766
8.6.3.	Assistência jurídica	1766
8.6.4.	Assistência educacional.....	1767
8.6.5.	Assistência social	1767
8.6.6.	Assistência religiosa	1768
8.6.7.	Assistência ao egresso.....	1768

8.7.	Trabalho.....	1768
8.8.	Faltas disciplinares.....	1770
8.8.1.	Espécies	1772
8.8.2.	Apuração, defesa técnica e aplicação.....	1772
8.9.	Regime Disciplinar Diferenciado.....	1773
8.10.	Sanções.....	1775
8.11.	Recompensas	1775
9.	Intervenção do Ministério Público na execução penal.....	1775
10.	Processo de execução penal.....	1776
10.1.	Penas privativas de liberdade	1776
10.2.	Penas restritivas de direito	1776
10.3.	Pena de multa	1779
10.4.	Medida de segurança.....	1782
10.5.	Prisão albergue domiciliar.....	1785
10.6.	Procedimento da execução penal.....	1785
10.6.1.	Iniciativa	1785
10.6.2.	Guia de execução penal	1786
10.6.3.	Processamento.....	1786
10.7.	Execução provisória da pena.....	1787
10.7.1.	Execução provisória de pena privativa de liberdade e dissídio jurisprudencial	1787
10.7.2.	Impossibilidade de execução provisória de pena restritiva de direitos	1789
10.8.	Regressão de regime	1790
10.8.1.	Regressão cautelar.....	1791
10.9.	Progressão de regime	1791
10.9.1.	Requisitos.....	1791
10.9.2.	Progressão por salto.....	1795
10.10.	Incidentes e conversões.....	1795
10.10.1.	Doença mental superveniente.....	1796
10.10.2.	Desvio e excesso de execução	1797
10.10.3.	Anistia e indulto.....	1797
10.11.	Remição.....	1800
10.12.	Detração penal	1803
10.13.	Autorizações de saída	1804
10.14.	Livramento condicional.....	1806
10.15.	Monitoração eletrônica	1809
10.16.	Suspensão condicional da pena	1811
10.17.	Meios de impugnação	1813
10.17.1.	Recursos.....	1813
10.17.2.	Ações autônomas de impugnação.....	1813
10.18.	Extinção de punibilidade pelo cumprimento da pena.....	1814
11.	Tecnologia aplicada à execução penal – Lei nº 12.714/2012.....	1814
12.	Quadro sinótico.....	1817
13.	Súmulas aplicáveis	1831

13.1.	STJ.....	1831
13.2.	STF.....	1832
14.	Informativos recentes	1832
14.1.	STJ.....	1832
14.1.1.	Saída temporária.....	1832
14.1.2.	Detração penal.....	1833
14.1.3.	Falta grave.....	1834
14.1.4.	Trabalho externo.....	1835
14.1.5.	Execução provisória da pena.....	1835
14.1.6.	Progressão de regime.....	1837
14.1.7.	Regime de cumprimento de pena.....	1837
14.1.8.	Remição.....	1837
14.1.9.	Substituição da pena.....	1838
14.1.10.	Outros temas.....	1839
14.2.	STF.....	1840
14.2.1.	Falta grave.....	1840
14.2.2.	Execução provisória da pena.....	1840
14.2.3.	Remição.....	1843
14.2.4.	Regime de cumprimento da pena.....	1843
14.2.5.	Progressão de regime.....	1845
14.2.6.	Trabalho Externo.....	1846
14.2.7.	Outros temas.....	1847
15.	Questões de concursos públicos.....	1850
16.	Gabarito anotado.....	1854
17.	Questões discursivas com comentários.....	1856
	BIBLIOGRAFIA.....	1867